

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO – RELATOR
INÁCIO MAGALHÃES FILHO DO TRIBUNAL DE CONTAS
DO DISTRITO FEDERAL

Representação

Processo nº 00600-00006589/2021-14

Requerente: APECÊ SERVIÇOS GERAIS LTDA

Requerido: IGESDF

INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL (IGESDF), pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, de interesse coletivo e de utilidade pública, constituído sob a forma de **SERVIÇO SOCIAL AUTÔNOMO**, autorizada pela Lei nº 5.899/2017, criação Decreto nº 38.332/2017, Estatuto aprovado pelo Conselho de Administração, em 15-08-2017, CNPJ 28.481.233/0001-72, com sede no Setor Médico Hospitalar Sul - SHMS, Área Especial, Quadra 101, 12º andar, Asa Sul, Brasília/DF, neste ato representado por seus advogados infra-assinados, **Procuração** anexa, vem perante, Vossa Excelência, apresentar

ALEGAÇÕES DE DEFESA

da **Decisão nº 2.879/2021**, proferida na sessão ordinária 5265, de 04/08/2021, nos autos do Processo nº 00600-00006589/2021-14, pelos fatos e motivos a seguir expostos:

I – DAS ALEGAÇÕES DE DEFESA

1. Trata-se da Decisão 2879/2021, de 04-08-2021, da lavra do CONSELHEIRO – RELATOR INÁCIO MAGALHÃES FILHO DO TCDF, *in verbis*:

PROCESSO Nº 00600-00006589/2021-14-e

RELATOR: CONSELHEIRO INÁCIO
MAGALHÃES FILHO

EMENTA: Representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Apecê Serviços Gerais Ltda., versando acerca de supostas irregularidades relacionadas ao Ato Convocatório n.º 64/2021, lançado pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF, para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recepção e atendimento com a disponibilização de mão de obra qualificada nas

unidades hospitalares, Unidades de Pronto Atendimento – UPA e unidades administrativas existentes e em mais 7 (sete) UPAs a serem entregues em 2021.

DECISÃO Nº 2879/2021

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento: a) da representação formulada pela empresa Apecê Serviços Gerais Ltda., apontando supostas irregularidades na condução do **Ato Convocatório n.º 64/2021**, lançado pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal – IGESDF (e-DOC 78DDBA31-e e anexos acostados às peças 01/19 e 23); b) da Informação n.º 65/2021-DIASP1 (e-DOC 9B0E4C75-e); c) do Parecer n.º 519/2021-G4P (e-DOC E6118B07-e);

II – ter por prejudicados os pedidos de medida cautelar constantes da representação a que alude o item I.a, tendo em vista o deliberado pelo Juízo da 6ª Vara da Fazenda Pública do Distrito Federal, no âmbito do **Processo n.º 0704912-41.2021.8.07.0018- TJDF**;

III – determinar ao IGESDF que, no prazo de 10 (dez) dias, preste esclarecimentos circunstanciados a este Tribunal sobre as irregularidades apontadas na representação indicada no item I.a, encaminhando cópia de documentação comprobatória do que vier a ser noticiado à Corte;

IV – dar ciência desta decisão ao patrono da empresa representante, informando-lhe que as futuras tramitações dos autos poderão ser acompanhadas mediante cadastramento no sistema TCDF-Push (www.tc.df.gov.br – Espaço do Cidadão – Acompanhamento por email);

V – autorizar: a) o envio de cópia da exordial do item I.a e desta decisão ao IGESDF, para subsidiar o cumprimento da diligência constante do item III, retro; b) o retorno dos autos à Seasp/TCDF, para exame de mérito da exordial, devendo a unidade instrutiva acompanhar o deslinde do **Processo n.º 0704912-41.2021.8.07.0018-TJDFT** e informar tempestivamente ao Plenário, caso a liminar ali deferida seja revogada.

Presidiu a sessão o Presidente, Conselheiro PAULO TADEU. Votaram os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE, RENATO RAINHA, INÁCIO MAGALHÃES FILHO, PAIVA MARTINS e MÁRCIO MICHEL. Participou o representante do MPJTCDF, Procurador-Geral em exercício DEMÓSTENES TRES ALBUQUERQUE. Ausente a Conselheira ANILCÉIA MACHADO. SALA DAS SESSÕES, 04 de Agosto de 2021

2. O IGESDF foi notificado para apresentar os esclarecimentos em face de possíveis irregularidades no âmbito do **Ato Convocatório 64/2021**, cujo objeto é a contratação de serviços especializados para fornecimentos de mão-de-obra de recepção e atendimentos nas unidades hospitalares do Igesdf.

II – RESUMO DOS FATOS

3. O IGESDF deflagrou o Ato Convocatório n.º 64/2021, no dia 13 de maio de 2021, tendo origem no Elemento Técnico 6/2020, de 22-6-2020, para a contratação de empresa especializada para **a prestação de serviços de recepção e atendimento com a disponibilização de mão de obra qualificada nas unidades hospitalares**, Unidades de Pronto Atendimento – UPA e unidades administrativas existentes e em mais 7 (sete) UPAs a serem

entregues em 2021. Atualmente, o ET 64/2021, está dividido em 5 lotes, com o menor preço.

4. A Representação com pedido cautelar impugnou expressamente os seguintes itens do edital:

- a) item 10.5 do edital: ausência de valores máximos nos lotes na respectiva Planilha de Custos;
- b) item 4.3 do edital: ausência de cláusula para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- c) Anexo V do Elemento Técnico: omissão quanto à definição dos parâmetros para a qualidade dos uniformes

5. Ocorre, porém, que esses itens já foram impugnados **administrativamente pela empresa Apecê junto ao Igesdf, no Ato Convocatório 64/2021** e alguns itens foram revisados e outros justificados, conforme voto do Conselheiro Relator, vejamos:

4. Em relação à primeira irregularidade aventada, informa a Representante que o IGESDF apresentou a seguinte resposta:

Resposta:

Este tema já foi objeto de resposta em questionamento anterior, mas reiteramos ao questionado: “O preenchimento da Planilha de Custos e Formação de Preço é de responsabilidade da empresa e deve ser usado como referência a Convenção Coletiva de Trabalho e a Instrução Normativa 5/2017 com 7/2018 e

o valor estimado constante do item 2.2 do Ato Convocatório 064/2021, sendo informações suficientes para a modelagem da proposta pelas empresas proponentes.

5. Contudo, defende a necessidade de menção expressa na Planilha de Formação de Custos de valores e/ou percentuais máximos, de modo que a referência à Convenção Coletiva de Trabalho, Instruções Normativas 5/2017 e 7/2018 e ao valor estimado constante do item 2.2 do Ato Convocatório não seriam suficientes para orientar a modelagem das propostas pelas licitantes interessadas.

6. Quanto à segunda, a Representante informa que recebeu a seguinte resposta à sua impugnação:

2. Impugnação pela ausência de Cláusula para a manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro:

Resposta: O Reajuste e Repactuação consta da Cláusula Nona da Minuta do Contrato que segue anexo a esta resposta.

7. Sobre este ponto, a Representante alega que a referida Cláusula Nona disciplina apenas o “reajuste”, sem qualquer referência à repactuação de condições contratuais, omissão passível de incorrer em “onerosidade excessiva”.

8. Em relação aos uniformes, a Representante argumenta que a “ausência de definição ou de padronização induz a uma percepção eminentemente subjetiva e contrária as regras de impessoalidade da Administração Pública, no tocante a definição do que seja um bom padrão de uniformes.”

6. Enfim, a empresa APECÊ, ora Requerente pugna pela concessão da medida liminar de suspensão do certame e retificação dos itens impugnados, nos termos do Requerimento inicial, de 16-07-2021.

7. Após, o egrégio TCDF analisou e deliberou nos termos do voto do relator, no dia 04-08-2021.

8. Em paralelo, a empresa APECÊ ajuizou a Ação Judicial de Tutela cautelar de urgência, protocolada no dia 27-07-2021, pje 0704912-41.2021.807.0018, distribuída inicialmente a 6ª Vara de Fazenda Pública do DF.

9. Em seguida foi concedida a decisão liminar:

*Ante o exposto, **DEFIRO** a antecipação dos efeitos da tutela para **determinar a suspensão do Pregão decorrente do Ato Convocatório nº 064/2021**, promanado do IGES-DF, bem como dos atos subsequentes, até que sobrevenha decisão judicial em sentido contrário, no dia 30-07-2021.*

10. Compulsando os autos do pje 0704912-41.2021.807.0018, em especial a petição inicial, verifica-se o **ÚNICO argumento** para obter a medida cautelar de urgência foi **uma suposta dificuldade de acesso ao pregão eletrônico**, atribuindo a responsabilidade pela falta de internet ou conexão ao IGESDF.

11. Inobstante, a MM. Juíza da 6ª Vara de Fazenda Pública concedeu a liminar, sendo induzida a erro pela suposta

ausência de transparência, devido processo legal e isonomia, o que NÃO existiu.

12. Diante desse cenário, veja que a requerente APECÊ confundiu os fundamentos, **misturando itens do edital** (planilha de custos; cláusula para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro; e qualidades dos uniformes) com **a perda de prazo** na apresentação da proposta – via bionexo – pregão eletrônico, por culpa exclusiva da APECE.

13. O egrégio TCDF, por meio do Cons. Rel. INÁCIO MAGALHÃES sabiamente entendeu prejudicado o pedido liminar em razão da decisão judicial, mas recebeu a Representação e notificou o Igesdf para apresentar os devidos esclarecimentos.

III. DA INEXISTÊNCIA DOS FATOS ALEGADOS NA REPRESENTAÇÃO

14. Em que pese o esforço hercúleo da empresa APECÊ, ora Requerente em tentar a qualquer custo manter a atual relação contratual precária, apontando diversos fundamentos, isto gera prejuízos incomensuráveis ao funcionamento da rede Igesdf.

15. Veja que o IGESDF atualmente deflagrou o processo pra contratação de empresa especializada para seleção da melhor proposta de serviço de **prestação de serviços de recepção e atendimento com a disponibilização de mão de obra qualificada nas unidades hospitalares, 06 Unidades de Pronto**

Atendimento – UPA e unidades administrativas existentes e em mais 7 (sete) UPAs a serem entregues em 2021.

16. Veja que o IGESDF está realizando o devido processo legal, perseguindo sempre a transparência, isonomia, eficiência, economicidade, melhor preço. E daí a empresa Requerente **perdeu o prazo de apresentação da proposta** por culpa exclusiva e unilateral sua, demonstrando negligência e falta de interesse, e depois artificialmente atribui os problemas técnicos de internet a terceiros, o que no mínimo sinaliza falta de boa-fé.

17. Excelência, veja que a perda do prazo da empresa APECÊ causada por problemas técnicos de internet, jamais pode ser atribuída ao IGESDF. O Instituto precisa urgentemente prosseguir e finalizar o processo de seleção da melhor proposta a fim de adequar a receita com os custos, e reduzir os custos financeiro de atividade meio.

18. Instada a manifestar, o colaborador da Gerência de Compras elaborou relatório no dia 05-08-2021, conforme documento anexo:

Despacho - IGESDF/UCAD/SUCAD/GCOMP/NUCCD

Brasília-DF, 05 de agosto de 2021.

Ao Sr. Gerente de Compras

Trata-se o presente expediente da **Decisão Interlocutória do TJDF** - 6ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal (67154536), que se refere ao deferimento do pedido da empresa APECE SERVIÇOS GERAIS LTDA em suspender o pregão decorrente do **Ato Convocatório nº 064/2021**, promovido pelo IGES-DF.

Primeiramente, registra-se que por força da Decisão Interlocutória do TJDF foi tomada a providência da suspensão do certame com a devida publicidade no campo "documentos" da Plataforma Publinexo ID 24999 e no Sítio Eletrônico do IGESDF referente ao Mercado Digital nr 064/2021.

No que se cumpre informar que o **Pregão Eletrônico (Mercado Digital) 064/2021 ID 24999** teve sua publicação datada dia 07/07/2021 no Diário Oficial do Distrito Federal e Publicação no Sítio Eletrônico do IGESDF, o qual a **fase de acolhimento/cadastramento de proposta** iniciou-se dia 08/07/2021 às 10hs00min e finalizou-se dia 19/07/2021 às 09hs59min atendendo o item III do artigo 6º do Regulamento de Compras do IGESDF que estipula antecedência mínima de 10 (dez) dias. Dentro deste prazo, este Especialista não recebeu nenhum relato referente a dificuldades de acesso ou impossibilidade de inserção de documentos na Plataforma Publinexo oriunda de fornecedores ou interessados ao certame. Também não recebemos nenhum comunicado da Administradora da Plataforma Publinexo alegando problemas no Pregão Eletrônico ID 24999.

Após o prazo citado anteriormente, a abertura do certame ocorreu no dia 19/07/2021 às 10:00hs normalmente, **não sendo visualizado por este Especialista quaisquer problemas técnicos ou operacionais na condução do Pregão Eletrônico na Plataforma Publinexo.**

Registra-se que o referido pregão apresenta no seu Relatório de Participação o total de 50 (cinquenta) possíveis fornecedores interessados no certame, 17 (dezessete) fornecedores que cadastraram propostas, este último requisito obrigatório previsto no Item 9.1 do Ato convocatório que diz "O participante deverá cadastrar a proposta por meio do sistema eletrônico até a data e horário conforme CRONOGRAMA - ANEXO II deste ato convocatório, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas".

Registra-se que no decorrer do Pregão Eletrônico dia 19/07/2021 fui notificado presencialmente pelo Gerente de Compras, que recebeu **e-mail intempestivo** da Empresa APECE enviado às 11hs18min do mesmo dia (67267601), reportando a impossibilidade de participar do processo, por algum erro técnico no Sistema Publinexo e solicitava a suspensão do certame.

Registra-se que este e-mail citado no paragrafo anterior teve a condução de resposta a Empresa APECE pelo próprio Gerente de Compras, as 11hs31min, acusando o recebimento do presente expediente e considerando que o referido certame encontrava-se em andamento, a presente demanda seria objeto de avaliação deste IGESDF após conclusão.

Tendo em vista que o Pregão já estava em andamento desde às 10hs00min do dia 19/07/2021, ou seja, uma hora e dezoito minutos da primeira notificação por e-mail da empresa APECE, **ficando assim inviável a sua suspensão**, e por orientação do Gerente de Compras o pregão foi conduzido normalmente até a finalização da fase de lances, que encerrou-se ao 12hs14min.

Registra-se que às 15hs46min do dia 19/07/2021, o Gerente de Compras encaminhou E-mail a Empresa APECE (67267601) com informação que em linhas gerais, a condução do certame seguiu normal e considerando que o narrado pela empresa APECE se refere à situação operacional

do sistema, sugeriu assim aquela Empresa que as tratativas sejam enviados junto ao Bionexo para manifestação em caráter de urgência.

Após esta notificação citada no parágrafo anterior, não recebi até o momento nenhum "feedback" tanto da Empresa APECE, quanto também alguma notificação da Plataforma Publinexo, referente a questão de problemas Operacionais do Sistema.

Reitero que nas fases de acolhimento, de lances, de negociação, fase de habilitação das empresas que apresentaram melhor lances, fase de declaração de vencedoras, abertura de prazos recursais (status atual que se encontra o pregão), não foi observado por este Especialista quaisquer problemas técnicos ou operacionais na condução do Pregão Eletrônico, bem como também, não recebi nenhum relato por parte dos Fornecedores participantes sobre quaisquer dificuldades técnicas /operacionais na Plataforma.

No que tange ao entendimento deste Especialista, a Empresa APECÊ, **não conseguiu êxito no cadastro de sua proposta no Sistema Publinexo na sua TOTALIDADE**, dentro do prazo estipulado no Ato Convocatório, e foi de sua responsabilidade, por não efetivamente cadastrar a sua proposta no sistema, os quais devem ser inseridos em campo específico. **E é responsabilidade do licitante conhecer o sistema e suas funcionalidades.**

No oportuno, todas as tratativas referente ao Mercado Digital (Pregão) 064/2021 estão registrados no processo 04016-00053770/2020-99.

Por fim, o Ato Convocatório nos itens 8.5 estabelece "O cadastramento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da empresa ou seu representante legal pelos atos praticados e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Mercado Digital do IGESDF".

Respeitosamente,

JOSÉ MOACYR PEREIRA FILHO
Especialista em Compras e Contratos



Documento assinado eletronicamente por JOSE MOACYR PEREIRA FILHO - Matr.0000871-7,

19. Ademais, a Gerência de Compras manifestou por meio da Nota Informativa 2/2021, conforme documento anexo:

II - CONCLUSÃO

De toda sorte, verificamos que os fundamentos e argumentos lançados pela **REQUERENTE** são frágeis e não merecem prosperar, constituindo apenas um ato de desespero na tentativa de tumultuar o certame, procurando trazer confusões e conflitos a respeito dos atos no decorrer do certame, inclusive com argumentos desconexos sem absolutamente nenhuma coerência.

É imperioso que se traga à tona o princípio de que o ônus da prova incumbe a quem alega. **E o REQUERENTE, ao nosso entender, não apresentaram qualquer fato sobre a condução do IGESDF, sendo que, s.m.j, deveria ser questionado a Plataforma Publinexo.**

Vale dizer inclusive que, a condução do certame nos moldes realizados pela equipe desta GCOMP, **proporcionará a contratação dos serviços com menor preço.** Assim, houve o atingimento do interesse deste Instituto na conduções no julgamento deste certame.

22/09/2021 14:32

SEI/GDF - 67311129 - Nota Informativa

Por fim, sugerimos a Vossa Senhoria, se de acordo com os procedimentos adotados, encaminhe o presente processo à **Consultoria Jurídica** para prosseguimento quanto à defesa deste **IGESDF** junto a 6ª Vara de Fazenda Pública do Distrito Federal.

Assim, submeto o presente processo à **Superintendência da Unidade Central de Administração - SUCAD** para conhecimento, análise e deliberação na forma proposta.

Permaneço à disposição para maiores esclarecimentos que se fizerem necessários.

Respeitosamente,

 IGESDF INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL	DANIEL FEITOSA BARBOSA Gerente de Compras
---	---

20. Quanto às demais impugnações referentes aos seguintes itens do edital:

- a) item 10.5 do edital: ausência de valores máximos nos lotes na respectiva Planilha de Custos;
- b) item 4.3 do edital: ausência de cláusula para a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro;
- c) Anexo V do Elemento Técnico: omissão quanto à definição dos parâmetros para a qualidade dos uniformes

21. Não merece maiores debates, pois verificam-se no próprio relatório do voto do Cons. Rel. Inácio Magalhães que uns foram revisados e outros justificados, tendo sido respondido no momento oportuno. Sugerindo a preclusão da discussão em razão do assunto já ter sido analisado.

22. Portanto, não existe ilegalidade, mas sim, exclusão do certame por culpa exclusiva da falta de interesse ou perda de prazo da Requerente. Ademais, o certame está suspenso desde o dia **30-07-2021**, impedindo o prosseguimento da seleção da melhor proposta e causando prejuízos incomensuráveis a rede IGESDF.

23. Além disso, o IGESDF está prestes a assumir a gestão de 7 novas UPAs, precisando urgentemente contratar os novos recepcionistas.

24. Por fim, o IGESDF administra a rede de saúde com receita pública, por isso, deve pregar a lisura, transparência, eficiência, economicidade, celeridade e o menor preço.

ANTE O EXPOSTO, REQUER:

a) o recebimento das ALEGAÇÕES DE DEFESA, esclarecendo que **não existe ilegalidade no certame**, sendo que a exclusão da empresa APECÊ do certame foi causado por culpa exclusiva sua e por falta de conexão eletrônica, por isso, a **Representação deve ser rejeitada** diante da urgente necessidade de contratação e reposição da força de trabalho;

b) no mérito, o **julgamento IMPROCEDENTE da Representação**, por falta de amparo legal, inexistência de ilegalidade, e a exclusão da Requerente do Certame Ato Convocatório 64/2021, se deu por culpa exclusiva de seu comportamento negligente.

Pede deferimento.

Brasília - DF, 22 de setembro de 2021.

RADAM NAKAI NUNES
OAB/DF 14.308

KELLY CRISTINA DE SOUZA
OAB/DF 39.177

TÚLLIO CUNHA NOGUEIRA AGUIAR
OAB/DF 65.833